



CLÁUSULA TERCEIRA

O (a) CONCESSIONÁRIO(s) pagará à CONCEDENTE, o valor de R\$ R\$ 3.487,37 (três mil, quatrocentos e oitenta e sete reais e trinta e sete centavos), equivalentes a 1.128,59 UFRM'S (Unidade Fiscal de Referência do Município), divididos em 180 (cento e oitenta) parcelas mensais, iguais e sucessivas no importe de 6,27 UFRM's mensais.

Parágrafo 1º - Os valores a serem recolhidos serão destinados aos Cofres Públicos Municipais ou ao Fundo Municipal de Habitação.

Parágrafo 2º - Serão aplicadas, em caso de atraso do pagamento das parcelas, as normas do CTM – Código Tributário do Município.

Paragrafo 3º - O valor da UFRM é corrigido monetariamente a cada ano, no mês de janeiro, atualizando assim o valor da parcela. A primeira parcela vencerá no dia 10 do mês subseqüente à Concessão.

CLÁUSULA QUARTA

Após o pagamento das 180 (cento e oitenta) parcelas, e uma vez cumpridas todas as cláusulas do presente Termo, o CONCEDENTE outorgará a escritura pública definitiva do bem objeto do presente contrato ao (s) CONCESSIONÁRIO(s), passando este a figurar não mais como Concessionário, mas como Proprietário Definitivo do imóvel objeto deste Termo, responsabilizando-se este por **todas despesas** relativas a **escrituração e registro do imóvel**.

CLÁUSULA QUINTA

O(s) CONCESSIONÁRIO(s) deverá(ao) utilizar o imóvel, somente para fins de construção de sua moradia, ficando expressamente **vedado (proibido)** o uso/construção para fins comerciais (bares, lojas, danceterias, etc) ou ilícitos.

O(s) CONCESSIONÁRIO(s) não poderá (ão) vender, ceder a qualquer título ou gravar com qualquer ônus o direito real de uso imóvel sem a expressa anuência do CONCEDENTE.

O(s) CONCESSIONÁRIO(s) não poderá (ão) locar o imóvel sob pena de plena rescisão contratual, sem mesmo ter direito à indenização.

É dever do(s) CONCESSIONÁRIO(s) a boa conservação do imóvel, mantendo-o limpo e roçado, reservando-se ao CONCEDENTE realizar vistorias periódicas e exigir providências.

Poderá(ão) o(s) CONCESSIONÁRIO(s) realizar a construção de sua moradia no imóvel, desde que, sejam as mesmas previamente aprovadas pelo Setor de Obras, Posturas e Tributos deste município, conforme Plano Diretor do município aprovado pela Lei Complementar nº 126/2016.

Poderá(ão) o(s) CONCESSIONÁRIO(s) optar pela redução do prazo de pagamento, hipótese em que, por intermédio de TERMO ADITIVO AO CONTRATO, efetuar-se-á novo cálculo do valor da prestação, levando-se em conta o saldo devedor.

Poderá(ão) o(s) CONCESSIONÁRIO(s) optar pela quitação antecipada do financiamento a qualquer tempo, obtendo desconto de 12% (doze por cento) sobre o saldo devedor.

